



186
2

Sentença Tipo A

PROCESSO Nº. 2009.61.09.008904-6

PARTE AUTORA: **UNIÃO**

PARTE RÉ: **MUNICÍPIO DE LIMEIRA**

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

A **UNIÃO** ingressou com a presente ação incidental de atentado em face do **MUNICÍPIO DE LIMEIRA**, com pedido de liminar, objetivando a anulação da concorrência pública nº. 09/2009 levada a cabo pela parte ré.

Narra a parte autora que ajuizou em face da parte ré ação reivindicatória, autos nº. 2008.61.09.010638-6, em trâmite nesta 3ª Vara Federal, na qual obteve a parcial antecipação dos efeitos da tutela, consistente na imissão na posse do imóvel em litígio. Esclarece que em 24.08.2009 recebeu a notícia de que a parte ré teria iniciado concorrência pública com o objetivo de outorgar concessão para exploração de serviços de café, bar, lanchonete e quiosques, serviços esses a serem prestados em área objeto da ação reivindicatória. Afirma que a situação narrada configura atentado, nos termos do art. 879, III, do Código de Processo Civil, pois está a praticar inovação ilegal no estado de fato inicial, ou seja, antes do ajuizamento da ação reivindicatória. Afirma que o local em que serão concedidos os serviços em questão se situa em área de sua propriedade. Requer a procedência do pedido inicial, com a anulação do procedimento licitatório.

Inicial acompanhada de documentos (fls. 09-70).

Despacho à f. 74, determinando a emenda da inicial, com a juntada de novos documentos.

Petição da parte autora à f. 77, com os documentos de fls. 78-134.

Decisão às fls. 136-137, indeferindo o pedido de liminar.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

3ª Vara Federal de Piracicaba - Seção Judiciária de São Paulo

Contestação às fls. 153-156, na qual a parte ré alegou que a área destinada às concessões de uso, objeto da concorrência pública nº. 09/2009, não se encontram na área em que a parte autora foi imitada, estando na posse do Município de Limeira. Acrescentou que a concessão é passível de revogação, e que eventual recomposição de danos entre o concedente e o concessionário, decorrente desse ato, é matéria que não afeta os interesses da parte autora. Requereu a declaração de improcedência do pedido inicial. Juntou documentos (fls. 157-160).

Notícia de interposição de agravo de instrumento pela parte autora às fls. 161-172. Despacho à f. 174, mantendo a decisão agravada.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 182-184, pela improcedência do pedido.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pretende a parte autora a anulação de concorrência pública promovida pela parte ré ao argumento de que esse procedimento administrativo caracterizaria o atentado previsto no Código de Processo Civil (CPC).

Por ocasião do indeferimento do pedido de liminar, assim me manifestei:

A ação cautelar de atentado tem por objetivo, nos termos do art. 879, I a III, do CPC, prevenir a inovação ilegal no estado de fato de objeto litigioso de ação já em curso, inclusive por força de violação de penhora, arresto, seqüestro, imissão na posse ou embargo de obra. Trata-se, como se vê, de medida cautelar de caráter incidental.

Para ser deferida a medida liminar pretendida, contudo, faz-se necessária a existência de seus requisitos autorizadores, quais sejam, o risco iminente da demora e a plausibilidade jurídica da tese defendida, comumente traduzidos pelas expressões latinas *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.

No caso vertente, não identifico a fumaça do bom direito.

Quando da concessão de parcial antecipação dos efeitos da tutela nos autos nº. 2008.61.09.010638-6, expressamente restaram excepcionados da imissão na posse deferida à União “os estabelecimentos e espaços



JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

3ª Vara Federal de Piracicaba - Seção Judiciária de São Paulo

187
K

afetados ao uso público ali existentes, notadamente aqueles que foram objeto de visitação pelo Juízo e pelas partes quando da inspeção judicial realizada em 16/03/2009, devidamente descritos no Auto de Inspeção Judicial de fls. 165-169.” (f. 128).

Dentre tais estabelecimentos públicos, não foi atingida pela imissão de posse em comento a área hoje utilizada pelo Município de Limeira como horto florestal e aquela em que estava sendo implantado o zoológico municipal, as quais foram objeto da inspeção judicial acima destacada, conforme se verifica   f. 118 dos autos.

Observo do edital de concorrência pública impugnado pela parte autora que alguns dos espaços públicos ali elencados para a concessão de exploração de serviços encontram-se situados, exatamente, na área do horto florestal e do zoológico municipal (fls. 19-21).

Assim, não identifico, num juízo de cognição sumária , inovação ilegal do estado de fato do imóvel em litígio nos autos n . 2008.61.09.010638-6.

Com efeito, a posse das áreas onde se encontram instalados os estabelecimentos públicos nos quais serviços serão concedidos mediante concorrência pública foi resguardada ao Município de Limeira. Assim, a conduta da parte ré se relaciona, à primeira vista, com a utilização natural de tais estabelecimentos, inclusive visando a manutenção das atividades públicas ali exercidas, fato esse que não configura atentado.

Nesse sentido, a lição de Carlos Alberto  lvaro de Oliveira:

*“O atentado pode resultar de ato positivo ou omissivo. Não o configuram, porém, os atos continuativos de situação anterior ao processo, salvo infração a mandado judicial superveniente; **assim, os do possuidor quanto   conservação e fruição normal da coisa (...)**”.*

(Carlos Alberto  lvaro de Oliveira e Galeno Lacerda. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: 1998, ed. Forense, 3  ed., V. VIII, T. II, p. 379).

Outrossim, aparenta estar presente o *periculum in mora inverso*.

A interrupção de processo licit torio com a finalidade acima exposta poderá impedir que o Município de Limeira continue prestando, de forma regular e adequada, os serviços públicos que se lhe permaneceram afetos pela decisão proferida nos autos n . 2008.61.09.010638-6. Assim, a decisão pretendida pela parte autora poderá frustrar um dos objetivos pretendidos pela decisão em comento, que é a de prejudicar o mínimo possível a comunidade limeirense, em face de ação de vulto, envolvendo parte substancial de imóvel que se encontra na posse da municipalidade.

Isso posto, **INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR.**



JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

3ª Vara Federal de Piracicaba - Seção Judiciária de São Paulo

Considero hígidos os argumentos então lançados, suficientes para a rejeição da pretensão exposta pela União na inicial.

Com efeito, não houve o atentado exposto na inicial, pois os atos administrativos praticados pela parte ré se inserem no âmbito de disponibilidade que lhe foi reservada pela decisão proferida autos nº. 2008.61.09.010638-6, dele não desbordando.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO.**

Por conseqüência, extingo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC.

Sem custas, pois delas isenta a União. Condeno-a, contudo, ao pagamento de honorários advocatícios em favor da parte ré, restando estes fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), ante a simplicidade da causa e a dispensa de dilação probatória, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

Traslade-se cópia desta sentença aos autos nº. 2008.61.09.010638-6.

Comunique-se o inteiro teor desta sentença ao Desembargador Federal Relator do agravo de instrumento interposto pela União.

Diante do valor da condenação, sem reexame necessário, nos termos do art. 475, § 2º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Piracicaba (SP), 18 de outubro de 2012.

JOÃO CARLOS CABRELON DE OLIVEIRA
Juiz Federal Substituto